

Senador protesta, quer informática em Manaus

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

"Ou o presidente José Sarney recompõe sua autoridade e restaura o prevailecimento de sua palavra, ou, a partir de quinta-feira, não creio mais que seja ele quem esteja governando o País" — advertiu ontem o senador Fábio Lucena (PMDB-AM), ao antecipar o tom do pronunciamento que deverá proferir hoje, para protestar contra a decisão do Conselho Nacional de Informática e Automação — Conin, "que cassou os incentivos da Zona Franca de Manaus para a implantação de indústrias de informática".

Lucena é de opinião de que Sarney perdeu a autoridade perante seus ministros e, sobretudo, perante poderosos grupos industriais que pressionaram contra os interesses do Amazonas. Lembrou o parlamentar que o Conin suprimiu os incentivos fiscais para a implantação de indústrias de informática naquela área momentos depois de uma afirmação categórica do presidente Sarney, de que a Zona Franca é intocável, feita no início da reunião daquele órgão e na presença do vice-governador amazonense e de 22 dos 24 deputados estaduais do PMDB, além dos três senadores do Estado.

Inconformado com a decisão do Conin, Fábio Lucena fez a advertência em aparte a um discurso do senador Alexandre Costa (PDS-MA), que se manifestou apreensivo diante de informações de que o governo estaria examinando a supressão dos recursos do Finor, bem como de outros incentivos da Sudene no Nordeste. Lucena voltou a intervir, ainda em aparte, desta vez ad

senador Nivaldo Machado (PFL-PE), para propor uma frente de deputados e senadores do Norte e Nordeste com o objetivo de bloquear a votação do novo Plano Nacional de Informática, a ser enviado ao Congresso dentro de dois meses. O bloqueio significará o protesto contra as decisões do Conin de não permitir a utilização de incentivos fiscais para a implantação de distritos de informática e exportação em Manaus e no Nordeste.

"Para votar o Plano Nacional de Informática — advertiu Fábio Lucena —, o governo terá que colocar 320 deputados e 35 senadores em plenário, porque, do contrário, nós, do Norte e do Nordeste, não permitiremos essa votação enquanto não forem atendidas nossas reivindicações."

O governo do Amazonas deve entrar nos próximos dias, no Supremo Tribunal Federal (STF), com um man-

dado de segurança contra o presidente da República, José Sarney, pleiteando a "garantia do direito" de conceder a qualquer empresa, inclusive às de informática, os incentivos fiscais da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). O mandado está dependendo apenas da publicação, no Diário Oficial da União, da ata da primeira reunião do Conselho Nacional de Informática, que na última quarta-feira vetou a concessão dos incentivos da Suframa às indústrias de computadores e periféricos.

Pela decisão, as indústrias que já estiverem recebendo os incentivos não serão afetadas, mas como os incentivos às indústrias nacionais de informática, como um todo são aos produtos, e não às empresas ou aos locais de produção, no máximo em cinco anos todos os produtos do setor fabricados em Manaus perderão os incentivos.